

**ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE  
CT-SAÚDE/CIF**

Aos dias dezanove de junho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quinze minutos, em formato híbrido, com sede presencial no Hotel Holiday Inn Belo Horizonte Savassi – Rua Professor Moraes, nº 600 - Savassi, Belo Horizonte - MG, e por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a parte restrita da **74ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

**Pauta Geral - Restrita**

| <b>Pauta</b>                   | <b>Discussão</b>   |
|--------------------------------|--|
| a) Apresentação dos presentes: | O Sr. Sérgio Rossi, membro da Câmara Técnica de Saúde – CT-Saúde, iniciou a reunião dando boas-vindas e agradecendo à participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Alice Rodrigues de Matos (Representante da Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares e Coordenadora do GT-Água da Câmara Técnica de Saúde), Ana Gabriela de Souza Andrade (Representante da Assessoria Técnica Adai), Ana Luiza Ramiro Benevute (Representante da Secretaria Municipal de Saúde de Mariana/MG), Ana Paula Vitali (Representante do Município de Colatina/ES e membro do GT-Água da Câmara Técnica de Saúde), Carlos Roberto Locatelli (Representante (Representante da Secretária Estadual de Saúde/Núcleo Especial de Vigilância Ambiental/Vigidesastres), Eduardo Batista Poltraniere (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Eliane Gregório (Representante da Comunidade de Povoação e membro da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água), Fabricio Thomaz de Oliveira Ker (Representante da Vigilância em Saúde Ambiental da Secretaria de Estado e Saúde de Minas Gerais e membro do GT-Estudos), Jadilson Lino de Oliveira Gomes (Representante dos Quilombolas de Degredo e membro do Comitê Interfederativo representando os atingidos do Estado do Espírito Santo), Juliana Pereira Louzada Valory (Representante da SEAMA/ES), Lara Gomes Pereira (Representante da Coordenação Geral de Urgência/DAHU/SAES/MS), Luciana Andrade (Representante da Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo do Degredo), Luciane Linces dos Santos (Representante da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento do estado de Minas Gerais e Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água), Lorenza Ferreira de Sousa (Representante Cáritas Diocesana de Itabira), Karen |

|   |  |
|---|--|
|   | <p>Nascimento (Representante da coordenação da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água), Marcos Dupin Coutinho (Representante do Núcleo Contencioso do IAJ do Comitê Interfederativo), Marília Pellegrini (Representante do município de Resplendor na Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água Micheline Araújo Paiva (Representante da Coordenação da Vigilância em Saúde da Regional de Coronel Fabriciano e membro do GT-Planejamento), Nathalia Pippa Cardoso (Representante da Secretaria de Estado de Saúde Minas Gerais e colaboradora da Câmara Técnica de Saúde), Rafaeli Brune (Representante do IEMA/ES e Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água), Renato Miranda Carvalho (Secretário Executivo do Comitê Interfederativo), Sérgio Augusto Domingues (Presidente substituto do Comitê Interfederativo), Simone Nunes (Representate da Comissão Territorial de Rio Casca), Thaynara Bandeira Chagas (Representante da SECEX/CIF) e Vanessa de Paula Ferreira (Representante da área técnica de Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares do Departamento de Emergências em Saúde Pública, da Secretaria de Vigilância em Saúde, Ambiente do Ministério da Saúde).</p> |
| <p>b) Aprovação das atas da 72ª e 73ª RO da CT-Saúde:</p> | <p>O Sr. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde, informou que as minutas das atas 72ª e 73ª Reunião Ordinária foram enviadas via e-mail para os membros realizarem as devidas contribuições. Não houve objeção. Não houve manifestação contrária às minutas enviada, sendo aprovada Ata da 72ª e 73ª Reunião da CT-Saúde.</p>  |
| <p><b>Aprovação:</b></p>                                  | <p><b>As atas 72ª e 73ª das Reuniões Ordinária da Câmara Técnica de Saúde foram aprovadas sem objeção e será encaminhada a SECEX/CIF para publicação.</b></p>  |
| <p>c) ) Informes Gerais:</p>                              | <p>O Sr. Sérgio Rossi, membro da Câmara Técnica de Saúde e representante do Ministério da Saúde, informou e justificou a ausência da Coordenadora Sra. Eliane Ignotti, visto que está coordenando e participando de um evento sobre a qualidade da água para consumo humano em Belém/PA, em que solicitou que a 74ª Reunião Ordinária fosse conduzida pelos representantes do Ministério da Saúde.</p> <p>O Sr. Sérgio Rossi, informou que a pedido da IAJ, a Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde elaborou a Nota Técnica nº 18/2024 referente ao eixo 9 onde foi apresentada no GT-Água, e será também apresentada na Reunião Ordinária da Câmara Técnica, e portanto contará com a participação dos membros do CIF conforme solicitado pela SECEX.</p> <p>O Sr. Sérgio Rossi, solicitou inversão nos pontos de pauta do item 4 e 5, propondo que a discursão do ponto de pauta 5 referente a participação da IAJ/CIF das Decisões Judiciais dos Planos de Ação em Saúde e Estudos de Saúde fosse ocorrido no horário das 12h00 às 13h00 e a Deliberação nº</p>   |

58/2017 e nº 786/2024 no horário das 13h00 às 14h00, visto que sem objeção dos membros houve a inversão.

O Sr. Sérgio Rossi, informou que conforme já previsto na pauta no horário das 15h00 às 16h00 teriam a participação da Fundação Renova para tratar referente aos temas do PG14 e os Acordos Judiciais em Mariana e Barra Longa, mas conforme solicitação da coordenadora do GT-Água, Sra. Alice Matos incluíram também o ponto de pauta solicitando esclarecimentos a Fundação Renova referente o ofício que receberam de informação da troca de laboratório que a realizam as análises do PMQACH.

O Sr. Sérgio Rossi, informou que no dia 14 de junho de 2024 a pedido da Fundação Renova realizaram uma reunião gerencial para esclarecerem alguns pontos das decisões judiciais relacionadas aos estudos. Relatou que receberam um ofício da Fundação Renova informando do compromisso de cumprir as decisões relacionadas aos estudos de saúde e também ao projeto de formação e de qualificação.

O Sr. Sérgio Rossi, informou que receberam o ofício do Ministério Público Federal, do Ministério Público de Minas Gerais, do Ministério Público do Espírito Santos e da Defensorias Públicas solicitando que realizassem um levantamento da relação das deliberações do Comitê Interfederativo no âmbito da saúde, constando as deliberações que não foram suspensas por decisão judicial e o seu respectivo conteúdo, bem como o status de cumprimento, visto isso, disse que conta com o apoio e colaboração dos coordenadores dos GT's para realizarem esse levantamento e encaminharem a resposta até o dia 24 de junho de 2024.

O Sr. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde, esplanou que tem observado a necessidade de realizarem ajustes nas solicitações de alterações de custeio, visto que tem observado está gerando um custo muito alto para Câmara Técnica de Saúde os pedidos recorrentes de alterações de custeio após a contratação, portanto, solicitou aos membros mais cautela no preenchimento do formulário do custeio.

**Pauta dos GTs:**

| Pauta               | Discussão  |
|---------------------|--|
| a) GT-Planejamento: | A Sra. Luciana De Nadai Mariano, representante da Secretária Estadual de Saúde do Núcleo Especial de Vigilância Ambiental/Vigidesastres, informou realizar a apresentação do GT após pedido do coordenador Sr. André no qual se encontra de férias, e do Sr. Lucas que está participando de uma audiência na parte da manhã. Relatou que como definido anteriormente no grupo GT, estariam a partir desse encontro do GT |

|             |  |
|-------------|--|
|             | <p>disponibilizando um momento para acolher e orientar os municípios com dificuldade na elaboração e continuidade no plano de ação em saúde, mas não houve participação e inscrição de qualquer município para prestarem apoio e orientação. Informou que no último GT, o município de Naque/MG apresentou o plano de ação em saúde, e após ser analisado pelos técnicos do GT, solicitaram ao município realizar pequenos ajustes na parte de diagnóstico situacional do plano e definiram também, após sugestão da coordenadora da CT-Saúde Sra. Eliane Ignotti aguardarem uma análise situacional do plano pela equipe da CGVAM/DSAST, para orientarem ao município apresentar um plano mais completo e maduro para aprovação. Informou que o outro ponto de pauta de discussão foi referente a conversa que teriam com a IAJ, em que elaboraram um levantamento de questionamentos a serem direcionadas a IAJ para esclarecimento das dúvidas de todos.</p> <p>O Sr. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde, informou que a equipe da coordenadora Sra. Eliane Ignotti da coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde do Ministério da Saúde estão fazendo um levantamento de dados e análise da situação de saúde dos municípios, e breve será apresentado ao GT-Planejamento, para na próxima reunião da Câmara Técnica possa ser discutido, e a partir desses dados conseguirem melhorar na orientação aos municípios para finalizar a elaboração desses Planos de Ação em Saúde. Esplanou que após a conclusão da finalização da etapa dos planos municipais de saúde precisarão dar um apoio para a estrutura regional das redes de saúde.</p> |
| b) GT-Água: | <p>A Sra. Jaqueline Francischetti, representante do Ministério da Saúde, relatou que discutiram sobre 9 pontos de pautas no GT. Informou que elaboraram 3 ofícios: aprovação do boletins do PMQACH; aprovação da segunda revisão do PMQACH; informações sobre o SAA de Gesteira. Informou que um dos ofícios que elaboram foi solicitando a Fundação Renova informações do acesso a SAA Gesteira que estava em manutenção, se já havia sido finalizado e liberado e quais ações foram executadas, visto que precisam que seja retomado a operação de tratamento desse local, informou ainda que aproveitaram o mesmo ofício para solicitar o relatório da operação assistida. Relatou que o outro ofício que elaboraram foi referente a revisão bianual do PMQACH, onde em um outro momento a Fundação Renova havia recusado em monitorar alguns pontos de terras indígenas, mas que acabaram realizando o monitoramento nessas terras também, e portanto aprovaram como um todo a segunda revisão bianual do PMQACH. Informou que o último ofício elaborado refere-se ao 11º boletim, após ser analisado na última reunião verificaram algumas inconsistências, visto isso, solicitaram a Fundação Renova ajustes, e devolveram com as correções, portanto os boletins se encontram aptos para serem publicados no site. Esplanou que discutiram referente a</p>  |

informação da troca do laboratório e solicitaram uma visita técnica para conhecerem a estrutura do laboratório e o processo de análise. Informou que discutiram sobre a revisão do PG38 e entraram em contato com a CT-SHQA para alinharem de como seria essa revisão, visto que a revisão do PG38 estará ocorrendo entre os dias 20 e 21 de agosto de 2024.

O Sr. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde, apresentou questionamento do PG38 e solicitou a opinião do GT nesse ponto. Informou que a tratativa do PMQACH no PG38 é indevida, visto que o monitoramento da água para o consumo humano é uma ação da Vigilância em Saúde e está estabelecida e normatizada, e por motivo operacional a Fundação Renova solicitou alteração e começou a fazer todas as tratativas do PMQACH dentro do PG38, visto que essa alteração incide no escopo do monitoramento de qualidade, do plano de monitoramento de qualidade da água e também no escopo do PG 14. Informou que uma das atribuições da Câmara Técnica é o acompanhamento e monitoramento dos estudos e o acompanhamento e monitoramento das ações e das estações de tratamento do TTAC da cláusula 171. Sugeriu aproveitar o processo de revisão, para retomar com o PMQACH como um projeto e uma ação do PG 14. Finalizou relatando da importância da CT-Saúde, da CT-SHQA e CT-Infra terem uma agenda compartilhada e integrada nas suas interfaces. A Sra. Jaqueline Francischetti, informou que todos os integrantes do GT é a favor de trazer o programa do PMQACH para o PG14 e referiu ser importante aproveitar a nova configuração da presidência do CIF para pleitear o retorno do PMQACH para dentro do PG14. Informou que será construído com a CT-SHQA, uma nota técnica com justificativas para que o PMQACH retorne para o PG14.

A Sra. Jóeci Lopes Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, sugeriu estender a revisão bianual nos poços artesianos que estão lacrados desde o ano de 2017 pela Fundação Renova nas Vila do Riacho e Barra do Riacho, visto que nunca foram realizados monitoramentos.

A Sra. Jaqueline Francischetti, respondeu a membro Joéci que precisa verificar essa possibilidade, visto que a revisão bianual já ocorreu neste ano, e informou que na época divulgaram se algum município gostaria de estender o monitoramento em algum desses locais e acredita que não receberam nenhuma manifestação do município de Aracruz/ES.

A Sra. Jóeci Lopes Miranda, informou que estará realizando um levantamento desses poços que estão lacrados desde de 2017 e apresentará no GT para uma orientação do que possa ser realizado nessa situação.

A Sra. Jaqueline Francischetti, esplanou que o eixo 9 é dividido em duas partes, e uma das partes são de melhorias de estação de água e a outra para melhorias de pontos individuais, e dentro do eixo 9 a Fundação Renova

executará melhorias dos pontos individuais, visto isso orientou a membro Joéci buscar informações desses pontos e apresentar no GT, para verificarem se esses pontos lacrados estão contemplados como pontos de melhorias, caso seja, serão avaliados pelo perito do juiz, e receberá melhorias para captar água e entrar no plano de monitoramento.

O Sr. Ivan Brum, representante da Prefeitura de Resplendor, esclareceu para a membro Joéci que quando forem solicitar mudança de ponto, a solicitação precisa ser encaminhada pelo gestor ou pela vigilância ambiental do município indicando as coordenadas em uma planilha assinada.

A Sra. Jaqueline Aparecida, membra da CT-SHQA e atingida do município de Barra Longa, solicitou informações se a Câmara Técnica recebeu ou tem algum documento da Fundação Renova que demonstre quais foram as melhorias realizada dentro do PG32 para a comunidade de Barreto, visto que estão pedindo socorro e respostas a Secretaria de Desenvolvimento do município de Barra Longa, e não possuem respostas ou documentos para apresentar um retorno a comunidade.

A Sra. Jaqueline Francischetti, respondeu a Sra. Jaqueline Aparecida que como já informado anteriormente e também discutido do GT, esse tema precisa ser tratado por outra CT, mas que propôs verificar se a comunidade Barreto está contemplada no eixo 9 para trazer mais esclarecimento desse ponto ao GT.

A Sra. Eliane Gregório, representante da Comunidade de Povoação e membro da CT-SHQA, solicitou informação se os dois poços da comunidade de Povoação que fazem a captação de água estão sendo monitorados. Informou que está sendo construído uma rede de esgoto ao lado da ETA de Povoação e está causando preocupação a comunidade.

A Sra. Jaqueline Francischetti, informou que em Povoação existem pontos de monitoramento, mas que é necessário as coordenadas exata dos pontos relatado pela Sra. Eliane para apresentar a resposta, e solicitou que seja enviado por e-mail informações e foto da rede de esgoto que está sendo construído para atuarem com mais subsidios nos questionamento.

A Sra. Agnis Marciano de Souza, representante da Prefeitura Municipal de Linhares/ES, informou que a construção da rede de esgoto na comunidade de Povoação não é uma questão para ser tratada na CT-Saúde, informou ainda, que participou de uma reunião referente esse tema, e realizou diversas perguntas no quesito da saúde, como por exemplo, se estavam sendo observado qualidade da água para consumo, se será realizado teste na água, e informou que haverá uma audiência pública com as comunidades para tratar sobre essas obras.

O Sr. Damiani Paolo Gomes Rocha, representante da Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo do Degredo, informou que no GT discutiram que inicialmente em Degredo haviam 27 pontos que eram monitorados, e aos poucos a Fundação Renova começou enviar ofícios solicitando a retirada de monitoramento de alguns poços, sem justificativa plausível, e no momento estão com 20 poços em monitoramento, em razão disso encaminharam um ofício ao GT solicitando alteração em alguns pontos de coletas para manterem pelo menos 23 poços em monitoramentos, em que foi aceito pelo GT, e quando encaminhado para a Fundação Renova, burocratizam o processo e solicitaram aprovação pelo Cif, portanto solicitou uma atenção do GT nas construções dos documentos, para não darem oportunidade de facilidade nas solicitações da Fundação Renova. Informou que nas visitas realizadas ao laboratório Bioagri, demonstraram ser uma empresa de confiança para elaboração dos laudos, visto que as análises eram realizadas de forma aleatória, portanto achou estranho a alteração do laboratório pela Fundação Renova.

A Sra. Jaqueline Francischetti, informou como funciona o cancelamento e troca de monitoramento dos pontos, que são três situações, sendo uma delas quando a equipe da Fundação Renova vai em campo três vezes consecutivas e não encontra ninguém na residência para fazer as coletas, a segunda situação é quando o morador não quer que realiza a coleta na residência e então ele assina um termo de recusa, e a última situação é quando completa 24 meses de coleta. Relatou a importância dos municípios ficarem atentos quando houver a revisão bianual, e desejar incluir novos pontos, a fim que tenha certeza que o morador permitirá acesso a residência, visto que tem ocorrido uma grande desistência por parte das pessoas que residem no local dos pontos de coletas, e por essas situações, estão perdendo a oportunidade de monitoramento de uma solicitação que já tinha sido pleiteada pela Fundação Renova.

A Sra. Jaqueline Aparecida, reforçou solicitando ajuda ao GT referente ao acesso a SAA de Gesteira, visto que a vigilância ambiental do município também não estão conseguindo acesso ao local para fazerem as ações de monitoramento. Informou que a Fundação Renova apresentou um projeto de SAA Gesteira mas esse projeto está sendo executado de forma diferente atualmente no território, e considerando a reunião que está agendada para o dia 16 de julho com a comunidade de Gesteira e Barreto, solicita apoio da CT-Saúde para conseguirem com a Fundação Renova uma justificativa e os documentos da alteração desse projeto referente as bombas dosadoras, e o que foi realizado enquanto o projeto estava na fase de implementação, para que possa apresentar para o juiz com os demais documentos que já possuem.

O Sr. Sérgio Rossi, solicitou que fosse enviado essa solicitação formalmente e a membra Sra. Jaqueline Francischetti informou que sugeriram que o município faça uma minuta de ofício e envie para a CT assinar conjuntamente, visto que o prazo da data para a realização da audiência está curto.

A Sra. Alice Rodrigues de Matos, representante da Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares, relatou que durante o período de cinco meses conforme registrado em atas passadas, frisou de forma recorrente, que se caso algum município houvesse o interesse de solicitar alteração ou acrescentar algum ponto de monitoramento dentro do PMQACH, que informasse, visto que a cada dois anos são analisados essas solicitações, e esclareceu que caso ocorresse alguma solicitação de alteração fora do prazo, seria necessário passar pelo fluxo de justificativas e aprovação no CIF.

O Sr. Jadilson Lino de Oliveira Gomes, representante dos Quilombolas de Degredo e membro do Comitê Interfederativo representando os atingidos do Estado do Espírito Santo, informou que a justificativa apresentada pela Fundação Renova referente a troca do laboratório Bioagri causou uma certa estranheza, visto que a Fundação Renova possui um regimento de contratação complexo e rigoroso, e declarou apoio na decisão da GT em solicitar justificativas plausível e evidências no desligamento do laboratório Bioagri.

O Sr. Sérgio Rossi, informou que após os esclarecimentos da Fundação Renova da alteração do laboratório, houver entendimento por parte da Câmara Técnica de Saúde que esse prestador deve mantido, estará informando o CIF com toda a fundamentação e justificativa e solicitando orientação ou que tome as medidas possíveis e cabíveis para a retomada do laboratório.

O Sr. Ivan Brum, informou que nas visitas que realizaram no laboratório Bioagri percebeu uma certa fragilidade e morosidade para entrega dos laudos, visto isso, solicitou que após a justificativa da Fundação Revova pelo cancelamento do contrato, que seja questionado também sobre a morosidade pela entrega dos laudos.

O Sr. Roberto Laperriere, representante da SESA/ES, informou da importância de deixar registrado que a Fundação Renova não tem liberalidade para qualquer questão no âmbito do CIF, diante disso reforçou que é mais do que necessário que a Fundação Renova apresente as justificativas para a Câmara Técnica referente ao cancelamento com o laboratório Bioagri, questionando se notificaram em algum momento o laboratório pelo não cumprimento de alguma de suas obrigações contratuais, e se notificaram quantas vezes foram e por fim, se deram

|                |  |
|----------------|--|
|                | <p>prazo para corrigirem as possíveis falhas, e a partir dessas respostas a CT decidirá se aceitarão a troca do prestador.</p>   |
| c) GT-Estudos: | <p>O Sr. Roberto Laperriere, representante da SESA/ES, informou que uma das pautas discutidas no GT foi referente aos encaminhamentos da decisão judicial do eixo 2, em que foi apresentado pelo membro Sr. Sérgio a minuta do Termo do Acordo, no qual contaram com a participação da IAJ, Procuradoria Geral da República, Conjur, o Ministério da Saúde de Minas Gerais e o Ministério da Saúde do Espírito Santo para discussão da minuta, visto que tem prazo responder ao juízo sobre a decisão judicial que determinou prazo para início as tratativas do estudos. Relatou que até o dia 01 de julho estarão realizando uma reunião extraordinária para apresentarem a versão final do termo do acordo para definição do repasse a Fiotec e Fiocruz no valor de R\$300.200.000,00 (trezentos milhões e duzentos mil reais), por conseguinte organizarem uma estrutura gerencial para acompanhamento por parte do Estado Espírito Santo, de Minas Gerais e União. Informou que a outra discussão do ponto de pauta, tratou-se da decisão judicial da devolutiva do estudo de avaliação de risco á saúde humana do município de Linhares/ES, em que realizaram uma reunião com a Fundação Renova e debateram das tratativas do custeio para início das devolutivas. Relatou que como encaminhamento entrará em contato com equipe de realização dos estudos da Ambios para verificar as datas disponíveis no mês de julho e agosto para definição das datas para iniciarem as devolutivas nos territórios. Informou que será enviado um ofício para a Fundação Renova solicitando uma posição do início da implementação do plano de ação em saúde, considerando que o município de Linhares/ES já tem estudo de avaliação de risco a saúde humana com recomendações para o setor da saúde, visto que precisam comunicar a população quais as recomendações e resultados que o estudo apresentou, uma vez que muitas das medidas estão contempladas no plano de ação em saúde do município. Esplanou que será utilizado o PAD- Plano Estratégico Devolutiva como diretrizes para realizarem as devolutivas nos territórios de Linhares.</p> <p>O Sr. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde, informou da necessidade de agendarem uma reunião com o município de Linhares/ES para terem um engajamento em conjunto para organização da programação das devolutivas nas comunidades. Relatou que na reunião gerencial que ocorreu com a Fundação Renova, esclareceu que é uma ação de saúde pública e será organizada e estruturada pelo município, assim como também será a responsável em comunicar e informar as comunidades das programações. Esplanou que a Fundação Renova manifestou em não terem perspectiva de participação presencial, e caso indiquem alguém para representá-los, vão informar com antecedência a coordenação da CT para dar conhecimento as lideranças das comunidades avaliarem se será</p> |

|  |   |
|--|---|
|  | <p>pertinente ou não a participação. Relatou que convidará o pesquisador responsável pelo estudo do município para participar e informar as comunidades dos resultados do estudo.</p>   |
| <p><b>Nota Técnica n°18/2024CGVAM/DSAST/SVSA/MS:</b></p> | <p>O Sr. Renato Miranda Carvalho, representante do Comitê Interfederativo - CIF, agradeceu pela oportunidade dos membros do CIF participarem da Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde para apresentação da Nota Técnica n° 18/2024 CGVAM/DSAST/SVSA/MS para dessa forma solicitarem os possíveis questionamentos. Relatou que a nota técnica será pauta na 10° reunião extraordinária do CIF e acredita que o momento é oportuno para realizarem as tratativas internas da nota técnica para conseguinte realizarem uma apresentação mais ordenada. Informou que o CIF já tinham ciência da nota técnica, em que após ser juntada ao processo, o juiz solicitou que fosse validada pelo CIF, visto isso realizaram o movimento necessário para aprovação da nota técnica.</p> <p>A Sra. Jaqueline Francischetti, representante do Ministério da Saúde, informou ser oportuno realizar uma prévia contextualização da Nota Técnica n° 18/2024 CGVAM/DSAST/SVSA/MS para todos entenderem a causa da nota técnica. Contextualizou que a nota técnica é uma manifestação em resposta a Ação Judicial n° 100462-20.2020.4.01.3800, Eixo Prioritário 9 – Abastecimento de Água para Consumo Humano – cláusula 171 TTAC e apresenta a fundamentação teórica acerca da aplicabilidade de inclusão do monitoramento dos elementos Arsênio 03, Arsênio 05 e de substâncias conhecidas como PCBs no monitoramento da qualidade da água para consumo humano dos estudos de tratabilidade da água do Rio Doce, nos municípios de Resplendor/MG e Itueta/MG.</p> <p>A Sra. Jóeci Lopes Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, informou que os resultados das pesquisas e laudos apresentam constantemente que toda calha do doce onde chegou o minério estão contaminados, e após nove anos do desastre nenhuma solução ainda foi apresentada para resolver esse problema, visto isso continua solicitando respostas para sanarem o enigma da contaminação da água que permanece provocando doenças nas pessoas e matando.</p> <p>O Sr. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde, informou que acredita que um dos caminhos para encontrar respostas e soluções referente os apontamentos feitos pela membro Joéci é realizar o monitoramento conforme informado na nota técnica, utilizando os dados e informações para alcançarem um resultado com maior clareza do que está acontecendo para seguirem as recomendações necessárias e assertivas.</p> <p>O Sr. Sérgio Augusto Domingues, representante do Comitê Interfederativo - CIF, informou que o PCBs e principalmente o POPs são preocupantes, porque são poluentes orgânicos e bioacumulativo que apresentam</p> |

consequências extremamente complexa pela capacidade de persistência e ampla de espalhamento na cadeia alimentar. Relatou que na reunião que participou com todas as coordenações das CTs verificaram a importância dos estudos serem integrados, principalmente dos POPs, em que precisam ser apreciados pela CT-Bio, assim como os estudos da CT-Bio serem analisados pela CT-Saúde, portanto pretendem construir uma agenda integrada para alcançarem uma segurança maior ainda nas tomadas de decisões. Relatou que após a apresentação da nota técnica surgiram algumas dúvidas e solicitou os seguintes esclarecimentos: Há quanto tempo a CT-Saúde/CIF tinham conhecimento da presença dos PCBs e das variações do Arsênio na água de consumo, qual o valor que está acima do valor de referência, se existem amostras em outros pontos do Rio Doce com os resultados alterados, qual o nível de complexidade das análises, que tipo de laboratório é capaz de fazer as análises, como esses laboratórios são acreditados ou certificados para enviar essas análises em tempo em tempos.

O Sr. Sérgio Rossi, informou que fizeram a solicitação da inclusão de parâmetro no monitoramento de qualidade da água após a CT ter tido acesso ao estudo de avaliação de risco à saúde humana dos municípios de Mariana/MG, Barra Longa/MG e Linhares/ES, e no resultado da perícia do eixo 6 foram encontrados a presença de PCBs, visto isso surgiu a necessidade de monitorar esses parâmetros, para que pudesse ser avaliado se na água para consumo humano essas substâncias estão presentes.

A Sra. Jaqueline Francischetti, informou que corrobora com a contextualização do Sr. Sérgio. Informou que o Brasil tem laboratórios com expertise para analisar essas substâncias.

A Sra. Simone Silva, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, informou que parabeniza a CT pela nota técnica mas que não pode deixar de expressar o aumento da angústia de todos, visto que na última audiência pública falaram apenas da situação de saúde e cuidado da população de Brumadinho/MG, em que trouxe o sentimento de esquecimento da bacia do Rio Doce. Relatou que na CT-Infra discutiram a construção de um campo de futebol em cima do rejeito em Barra Longa e acredita que com a nota técnica terão amparo para não construir o campo. Explicou que os resultados apresentados na nota técnica estão mais que comprovados no sangue da população de Barra Longa, visto isso solicita informações de quando haverá cuidados com a população e atendimento médico, visto que a população está desde o rompimento da barragem cada vez mais doente e morrendo.

O Sr. Sérgio Rossi, ressaltou que está aprovado pelo CIF os planos de ação em saúde que garantem a assistência à saúde, e a inclusão desses parâmetros dará uma orientação, uma vez que ainda não possuem as informações se a água para consumo humano tem risco ou não para essas substâncias.

O Sr. Renato Teixeira Brandão, representante da SEMAD/MG, solicitou esclarecimentos se o estudo utilizado foi somente o que foi apresentado na nota técnica, e por que não utilizaram a conclusão de não relação com onexo causal, visto que foi identificado valores equivalentes dentro e fora da área afetada para os estudos apresentados dentro do eixo 6. Informou que o teste de tratabilidade são considerados processos tradicionais de tratamento de água, eles não tratam efetivamente os PCBs, visto isso solicitou esclarecimento qual é a solução para tratabilidade desse material.

O Sr. Sérgio Rossi, esclareceu que trata de um teste de tratabilidade, mas não denifiram se será inserido dentro do PMQACH, visto que não é o objeto de discussão da nota técnica. Informou que discordam de 2 aspectos do nexo causal, que inclusive manifestaram através de uma nota técnica elaborada pelo Ministério da Saúde, e a perspectiva é trabalhar em cima do ponto de vista da vigilância em saúde do risco à saúde.

A Sra. Jaqueline Francischetti, informou que o intuito principal do teste de tratabilidade são para demonstrar que o ciclo convencional não será eficiente, visto isso precisam que o juiz perceba, para forçá-los a adotar um tratamento eficiente, para a partir dos resultados desses testes, traçarem estratégias de ampliação de parâmetros e de planta.

Contextualizou que ao longo do Rio Doce tem diferentes classificações, ou seja, tem classe 2, classe 3 e até classe 4, e pela resolução do Conama, uma classe com 4 não deve ser utilizada para abastecimento do público, visto isso a exigência e que se utilize apenas insumos destinados para o ciclo convencional, pois um tratamento avançado numa planta convencional não é muito inteligente. Informou em resposta ao Sr. Renato Teixeira que o estudo dos PCBs vem do pescado da Aecom.

O Sr. Renato Teixeira Brandão, informou ser estranho usar como parâmetro um elemento que foi usado para investigação e não considerar o documento como todo. Esplanou que as ETAS tratam e atendem a portaria com mais de 90% de eficiência, visto isso é dizer que o Rio Doce não pode ser tratado pelo método convencional, portanto ressaltou que continua na dúvida em porque não trazer a discussão para bacia como um todo.

A Sra. Jaqueline Francischetti, informou que as estações de tratamento de água dependendo onde seja o ponto de captação, em que os locais que o ciclo convencional está instalado e a classe for 2, atende o método convencional, mesmo com erros operacionais, mas em classe de 3 e 4, não atendem, visto que não tem estudos com PCBs, por essa razão a importância de trazer as especiações de arsênio separada e também dos PCBs.

Houve uma ampla discussão do método de estudo como todo, assim como análises, metodologia e risco apresentado na nota técnica e definiram

discutir em outro momento oportuno, visto que não era o objeto principal da discursão.

O Sr. Lúzio Adriano Horta de Oliveira, representante do IAJ do CIF, informou ser importante lembrar que o tema discutido está judicializado, em que o nexo de causalidade é secundária no âmbito do TTAC, portanto a importância é saber se a Fundação Renova vai cumprir com a obrigação constante da cláusula nº171 de forma adequada com entrega de água de boa qualidade.

A Sra. Juliana Pereira Louzada Valory, representante SEAMA/ES, agradeceu o Ministério da Saúde e principalmente a Sra. Jaqueline Francischetti pela apresentação da nota técnica. Informou que a questão de judicialização é pela resistência dos municípios de Resplendor/MG e Itueta/MG não terem aceito a retomar a captação de água e consumir essa água tratada após a captação do Rio Doce, visto isso questionou se o teste de tratabilidade apresentar positivo para água ser tratada, mesmo considerando o Arsênio e PCBs, se será suficiente para a população aceitar como uma fonte de água segura para consumo humano, e se caso o resultado apresentar negativo a esses parâmetros e utilizando o tratamento convencional será suficiente para convencer essa população de retomar a captação da água do Rio Doce. Relatou da importância de diálogo com as comunidades desses municípios para esclarecerem todo o processo e convencerem de aceitar os resultados da água segura para o consumo.

A Sra. Jaqueline Francischetti, informou que a preocupação da Sra. Juliana Valory é muito pertinente e é mesma preocupação da CT, visto isso afirma que encontraram para transmitir mais segurança a essas comunidades, foi a definição que os testes serão conduzido pela Fundação Renova, mas terá o acompanhamento total da CT e Aecom e o município também estará presente, fazendo contraprovas com o laboratório do estado.

O Sr. Sérgio Rossi, informou que o desafio será de traçar uma estratégia de comunicação e diálogo com essas comunidades, visto isso estão buscando instrumentos e ferramentas para certificar que é possível o tratamento e será atendido aos padrões da norma. Resaltou que a insegurança e receio da comunidade é legível e justificável, diante do desastre aconteceu.

A Sra. Juliana Pereira Louzada Valory, informou que em resposta a provocação da Sra. Jaqueline Francischetti, acredita ser necessário realizarem um reunião intercâmara para discutirem sobre classes de enquadramento e usos preponderantes da água.

A Sra. Jóeci Lopes Miranda, manifestou com pedido de socorro de providências e soluções para as comunidades dos territórios atingidos, visto que a contaminação pelo desastre continua afetando as pessoas e o pescado.

|  |  |
|--|--|
|  | <p>O Sr. Sérgio Augusto Domingues, representante do Comitê Interfederativo-CIF, agradeceu pela apresentação e esclarecimentos da nota técnica e informou que é um assunto muito delicado, e portanto comprometeu em dar a máxima de atenção possível para avançar nas tratativas da execução para alcançarem o objetivo de trazer respostas, reparações e seguranças na tomadas das decisões para os territórios.</p>  |
| <p><b>Encaminhamento 1 -</b></p>       | <p><b>A Sra. Juliana Valory, representante da SEAMA/ES, sugeriu uma reunião intercâmaras entre Saúde, SHQA e demais órgãos para discutir sobre o enquadramento do Rio Doce.</b></p>  |
| <p>e) IAJ/CIF – Decisões Judiciais</p> | <p>O Sr. Lúzio Adriano Horta de Oliveira, representante do IAJ do CIF, contextualizou que com a assunção do novo juiz na condução dos processos judiciais do sistema CIF com a Fundação Renova ocorreu uma importante mudança de paradigma. Relatou que os juizes anteriores havia trazido para si a responsabilidade de julgar as questões que houvesse dissenso entre o sistema CIF e Fundação Renova e também questões de ordem técnica. Informou que o atual magistrado entendi que isso não é razoável e não atende aos parâmetros jurídicos tradicionais, no entanto a iniciativa do juiz é de desjudicialização das ações inerentes ao sistema CIF e Fundação Renova. Explanou que o juiz pretende que permaneça a cargo de decisão própria do judiciário apenas os temas que já estejam prontos para julgamento, visto isso ele julgou as ações relativos aos planos de ação em saúde dos municípios e também do eixo em saúde. Informou que o juiz devolveu ao sistema CIF a responsabilidade em relação a definição de parâmetros para as ações compensatórias e reparatórias.</p> <p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, representante da Secretaria de Estado de Saúde Minas Gerais, informou o GT-Planejamento recebeu a notícia com muita positividade da afirmação do juiz que o CIF é soberano em seus posicionamentos e deliberações no regime administrativo, visto isso discutiram três pontos de questionamento onde precisam de orientações jurídicas para avançarem na execução desses planos de ação em saúde pela Fundação Renova. O Sr. Lucas Daniel solicitou como orientação o que a Câmara Técnica de Saúde precisa fazer para realmente ser cumprido a execução dos 25 planos de ação em saúde que já foram aprovados, visto que já cumpriram todos os ritos administrativos, e até o momento não tiveram indício de implementação desses planos pela Fundação Renova.</p> <p>O Sr. Lúzio Adriano Horta de Oliveira, respondeu que referente aos planos de ação em saúde foi identificado duas ações na justiça, uma referente a ação de saúde de municípios específico e a outra uma ação mais genérica, ajuizado pelas empresas e Fundação Renova, em que a ação mais genérica foi julgado improcedente, portanto favorável ao CIF. Informou que nessa ação a Fundação Renova buscava a invalidação da Nota Técnica nº62/2022 da Câmara Técnica de Saúde e conseqüentemente a</p> |

Deliberação nº569, em que foi julgado improcedente, e visto isso todo rito retorna a deliberação nº 569, sendo o próximo passo a aplicação de multa para cumprimento da implementação desses planos.

O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, perguntou ao representante do IAJ de qual maneira essas multas devem ser pleiteadas, se devem ser em um pedido único ou deve ser feito de forma individualizada para cada plano de saúde não implementado um pedido de multa, para onde iria o recurso destinado a essas multas, e por fim se há possibilidade pleitear uma multa pelo cumprimento da decisão que traz novamente a soberania para o CIF. O Sr. Lúzio Adriano Horta de Oliveira, respondeu ao Sr. Lucas Daniel, que se deve seguir o rito administrativo para os planos que ainda não seguiram o rito administrativo, sugeriu realizarem um levantamento de todos os planos de ação em saúde, notificar a Fundação Renova informando a fase de cada plano, e dentro do prazo estabelecido do rito administrativo, caso não se inicie a implementação, aplica-se a multa, e nos planos que já se aplicou a multa para a Fundação Renova e não houve cumprimento da obrigação, conduza ao IAJ CIF para ajuizar um pedido cominatório.

Houve uma ampla discussão referente a execução dos planos de ação em saúde e aplicabilidade de multas, em que após ser contextualizado pelo representante do IAJ como é o fluxo do rito administrativo e judicial, no qual os membros e convidados apresentaram questionamentos e sugestões para alinhamento do tema abordado, definiram como encaminhamento realizar um levantamento de todos os planos de ação de saúde aprovados, indicando a posição que se encontra atualmente, em conjunto com as deliberações e provocar a Fundação Renova através de um diálogo, ofícios de notificação solicitando data para iniciar de forma efetivo e imediato implementação de cada plano, e comitantemente provocar o CIF informando da fase de cada plano para orientação de como procederem.

O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, informou que o município de Barra Longa/MG realizou com o plano de ação em saúde um acordo separado com a Fundação Renova, e o plano que versa sobre esse acordo não atende as necessidades do município, visto que é um plano diferente do que foi construído pela Câmara Técnica de Saúde, em que questionou ao representante do IAJ se esse acordo é soberano ao TTAC, ou o que está disposto no TTAC pode utilizar para continuar seguindo os trâmites relativos ao plano de saúde de Barra Longa.

A Sra. Simone Silva, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, relatou que a Câmara Técnica de Saúde e comunidade, com muita dificuldade construiu atendendo as necessidades da população o plano de ação de saúde do município de Barra Longa, e no momento da aprovação do plano, a gestão municipal passada construiu um outro plano sem a participação da comunidade e CT-Saúde e realizou um acordo com

|   |   |
|---|---|
|   | <p>a Fundação Renova desse plano. Informou que a população pede ajuda e orientações para reaver o plano de ação de saúde que foi construído inicialmente, visto que é esse plano que vai atender as necessidades da população com atendimento médico e psicológico.</p> <p>O Sr. Lúzio Adriano Horta de Oliveira, informou que os planos de ação em saúde decorrem de obrigações pactuadas no TTAC e essa pactuação ocorreu entre as empresas, União, estado de Minas Gerais, estado do Espírito Santo e as respectivas autarquias para signatário do TTAC para execução da Fundação Renova. Esclareceu que se as empresas e a Fundação Renova assinaram um outro acordo com município, se comprometendo em fazer outras coisas ou a mesma coisa, eles tem que cumprir o acordo, assim como também terão que cumprir o acordo assinado no TTAC.</p>   |
| <p>f) Deliberação n° 58/2017 e Deliberação n°786/2024</p> | <p>O Sr. Roberto da Costa Laperriere Junior, representante da SESA/ES, informou que a deliberação n° 786/2024 aprova as orientações para implementação da deliberação n° 58/2017 em que abrange novas áreas do estado do Espírito Santo acometidas pelo desastre, visto esse reconhecimento de novas áreas, a Fundação Renova tem prazo de 45 dias para apresentar os programas, projetos previstos, orçamento e cronograma, e logo após a Câmara Técnica de Saúde terá o prazo de 30 dias para emitir um parecer sobre as propostas apresentadas. Informou que o primeiro parecer da Câmara Técnica de Saúde das apresentações dos programas está prevista para o dia 19/07, portanto sugeriu a criação de um grupo de trabalho técnico para atender o cronograma que foi deferido pela decisão judicial, dos projetos relacionados a saúde que serão apresentados pela Fundação Renova.</p> |

Aos dias dezenove de junho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quinze minutos, no no Holiday Inn Belo Horizonte Savassi - Rua Professor Moraes, n°600- Savassi, Belo Horizonte/MG, teve início a **74ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CÍF – aberta**

### Pauta Geral - Aberta

| Pauta                                 | Discussão   |
|---------------------------------------|---|
| <p>a) Apresentação dos presentes:</p> | <p>O Sr. Sérgio Rossi, membro da Câmara Técnica de Saúde–CT-Saúde, iniciou a reunião aberta dando boasvindas, agradecendo a participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Alessandra Zardo Azevedo Venturim (Representante da SETADES/ES), Alice Rodrigues de Matos (Representante da Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares e Coordenadora do GT-Água da Câmara Técnica de Saúde), Ana Gabriela de Souza Andrade</p> |

|  |   |
|--|---|
|  | <p>(Representante da Assessoria Técnica Adai), Ana Luiza Ramiro Benevute (Representante da Secretaria Municipal de Saúde de Mariana/MG), Ana Paula Vitali (Representante do Município de Colatina/ES e membro do GT-Água da Câmara Técnica de Saúde), Ana Paula Ricardina Marra De Oliveira, Carlos Roberto Locatelli (Representante (Representante da Secretária Estadual de Saúde/Núcleo Especial de Vigilância Ambiental/Vigidesastres), Elexandro Marcos Pereira, Eliane Gregório (Representante da Comunidade de Povoação e membro da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água), Fabricio Thomaz de Oliveira Ker (Representante da Vigilância em Saúde Ambiental da Secretaria de Estado e Saúde de Minas Gerais e membro do GT-Estudos), Fatinha, Itamar, Lara Gomes Pereira (Representante da Coordenação Geral de Urgência/DAHU/SAES/MS), Luciene do Santos, Luiza, Lorenza Ferreira de Sousa (Representante Cáritas Diocesana de Itabira), Marynna Campos, Micheline Araújo Paiva (Representante da Coordenação da Vigilância em Saúde da Regional de Coronel Fabriciano e membro do GT-Planejamento), Priscila Alves Vieira (Representante da Secretaria de Estado de Saúde Minas Gerais), Rodrigo Silvério de Oliveira Santos, (Representante Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador), Sergio Ferreira Lima Filho (Representante da Fundação Renova), Simone Nunes (Representate da Comissão Territorial de Rio Casca) e Sônia Peixoto.</p>  |
| <p>b) Participação da Fundação Renova – PG14</p> | <p>O Sr. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde, ressaltou da importância da retomada da Fundação Renova nas reuniões da CT-Saúde, em que já se passou quase 9 anos após o desastre, e se tem a necessidade de um tratamento diferenciado aos programas da área da saúde. Informou que inicialmente solicitaram 2 pontos de pautas, em que o primeiro é relacionado a apresentação da equipe da Fundação Renova que está atuando no PG-14, as ações que foram e estão sendo desenvolvida no PG-14, e também o status e posicionamento quanto a implementação dos planos em ação em saúde já aprovados pelo CIF, e o segundo ponto de pauta é referente aos acordos judiciais celebrados em Mariana/MG e Barra Longa/MG pertinentes aos planos de ação em saúde. Informou que realizaram uma inclusão de solicitação de pauta relacionado ao ofício que receberam indicando a alteração no laboratório Bioagri. Relatou que a equipe técnica da CT-Saúde realizou uma visita no laboratório Bioagri e estavam satisfeitos com a entrega que estava ocorrendo pelo laboratório Bioagri, visto isso solicitou uma justificativa da Fundação Renova pela alteração do laboratório.</p> <p>O Sr. Vinícius Nascimento Oliveira, representante da Coordenação do monitoramento hídrico da Fundação Renova, informou que a alteração do laboratório Bioagri foi motivada pelo atraso recorrente durante o processo de coletas e os processos de logística, em que estavam trazendo prejuízos das entregas das análises, dos laudos e dos resultados, e também</p> |

problemas procedimentais nas coletas, no qual foram identificados pelos técnicos da secretaria de saúde, visto isso tentaram várias vezes resolver junto ao laboratório, mas perceberam que o laboratório não estava apresentando elementos que conseguiria continuar com o atendimento de qualidade necessário para atender todas as demandas. Informou que o novo laboratório se chama ALS Corplab, e já estão mobilizados para trabalharem na próxima campanha conforme o cronograma, sem causar nenhum no monitoramento, enquanto seguem com o processo concorrencial para um laboratório definitivo.

O Sr. Sérgio Rossi, questionou se o laboratório Bioagri foi notificado, e na oportunidade solicitou o encaminhamento para a Câmara Técnica de Saúde das notificações, e informou que quando ocorresse novamente problemas como esses relatados com os prestadores de serviço, que a Câmara Técnica seja informada conjuntamente para acompanhar todo o processo.

A Sra. Fernanda Gomide, representante do monitoramento hídrico da Fundação Renova, informou que o laboratório foi notificado por diversas vezes, assim como realizaram várias reuniões de alinhamentos para solucionarem os problemas que estavam ocorrendo frequentemente, mas não obtiveram sucesso. Relatou que no momento que o laboratório foi informado do distrato do contrato também informaram a Câmara Técnica de Saúde.

O Sr. Ivan Brum, representante da Prefeitura de Resplendor, informou que participou das visitas nos laboratórios da Bioagri e percebeu a fragilidade para entrega dos resultados dos laudos, onde na época a Fundação Renova apresentou a justificativa que o processo de emissão do laudo era moroso, em que não considerou plausível, portanto acredita que a justificativa apresentada pela alteração do laboratório não foi convincente. Manifestou que os membros dos GT-Água desejam realizar uma visita no novo laboratório contratado.

O Sr. Sérgio Rossi, solicitou como encaminhamento a visita dos membros do GT-Água no laboratório ALS, ou em eventualmente outro laboratório que venha atender as demandas de coleta, análise e resultados.

A Sra. Fernanda Gomide, informou que não realizaram o distrato do contrato antes das visitas realizadas pelos técnicos da CT-Saúde, pois havia a intenção de resolver os problemas, e somente após a última visita que perceberam que não tinham soluções possíveis, visto isso começaram a trabalhar em outros processos para conseguirem garantir a continuidade do monitoramento sem nenhuma interrupção. Informou que será avaliado a disponibilidade de data para a visita do novo laboratório e breve informará essa data.

O Sr. Damiani Paolo Gomes Rocha, representante da Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo do Degredo, informou que participou da visita nos laboratórios da Serra/ES e Piracicaba/SP visto que eram esses os laboratórios de interesses de visita do território, e de acordo com o que foi apresentado na visita do laboratório de Piracicaba, tiveram confiança no serviço que estava sendo fornecido pelo laboratório, assim como também nos momentos de coletas no território de Degredo, onde os técnico estavam sempre atentos ao uso dos EPIS e dos materiais necessários e seguros para as coletas, visto isso ressaltou ser importante agendar o quanto antes a visita no laboratório ALS para conhecerem o processo de trabalho e assim informarem a comunidade.

A Sra. Alice Rodrigues de Matos, representante da Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares, relatou que receberam várias mensagens de municípios em que diziam que o laboratório Bioagri havia comunicado a esses municípios que as coletas estavam suspensas, visto isso questionou a Fundação Renova se as coletas aconteceram em todos os locais nesse período de distrato do contrato. Informou que estariam encaminhando um ofício questionando quais as análises que o laboratório ALS vai fazer e em quais laboratórios, e ressaltou da importância de realizarem a visita nesse novo laboratório, visto que os serviços pelo laboratório serão prestados até o final do ano.

A Sra. Fernanda Gomide, informou que o laboratório Bioagri enviou as mensagens por decisão própria e logo quando souberam interviram e comunicaram ao laboratório, que a Fundação Renova que informaria aos municípios da alteração de laboratório. Informou que a comunicação de troca de laboratório já ocorreu com os municípios e não houve intecorrência nas coletas que estavam programadas. Relatou que o processo concorrencial tem todo um fluxo para seguir, visto isso previram o prazo para o novo laboratório atuar de forma definitiva em dezembro. Informou que o laboratório ALS tem unidade em Belo Horizonte e São Paulo e já havia solicitado ao laboratório a análise de cada parâmetro e o que vai ser analisado em cada laboratório, em que tão logo estará informando no ofício de resposta da Câmara Técnica de Saúde.

O Sr. Olyverson Porto, representante do PG-14 da Fundação Renova, realizou apresentação das Ações do Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Atingida - a PG-14 das que foram realizadas e as que estão a se realizar. Relatou que as ações realizadas são os planos de reparação em saúde nos municípios de Mariana/MG e Barra Longa/MG, a capacitação com os profissionais de saúde dos municípios de Mariana/MG e Barra Longa/MG e a execução dos estudos de avaliação de risco de saúde humana realizados nos territórios de Barra Longa/MG, Mariana/MG e

Linhares/ES, e as ações a se realizar são de continuar as ações de apoio e fortalecimento dos SUS em Mariana/MG, visto que o acordo prevê atendimento até três anos após a entrega do reassentamento, o acordo de Barra Longa, o custeio da divulgação dos estudos de Linhares/ES conforme deliberação nº 504, o custeio dos estudos epidemiológicos e toxicológico da deliberação nº 506, o custeio da formação de qualificação da deliberação nº 761/2024 e a implantação das ações de apoio e fortalecimento do SUS. Apresentou uma lista com os 24 planos e suas respectivas deliberações para desenvolverem e estabelecerem as realizações desses planos.

A Sra. Fernanda Gomide, realizou apresentação do Plano de Monitoramento de Água para Consumo Humano – PMQACH, através de uma linha do tempo bem macro com as principais informações do início do programa de monitoramento até o presente momento da revisão bianual. Relatou que estão monitorando 93 pontos e faltam iniciarem em doze pontos de monitoramentos que são os pontos das terras indígenas.

O Sr. Sérgio Rossi, ressaltou da importância de agendarem duas reuniões, sendo uma com os gestores municipais e rede regional para realinhamento e atualização dos planos já aprovados, e a outra com a Fundação Renova, Ministério da Saúde, Secretarias de Estados, para tratar do tema de custeio para execução dos planos.

A Sra. Priscylla Freitas, representante do Ministério da Saúde, solicitou que fosse encaminhado um relatório detalhado das pessoas que passaram pelo processo de capacitação dos trabalhadores na atenção primária para acompanharem como se deu esse processo.

A Sra. Simone Silva, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, solicitou que a Fundação Renova explicasse melhor quais foram os estudos de avaliação de risco de saúde humana realizados nos territórios de Barra Longa/MG e qual foi o cuidado que tiveram com a população, visto que não tem conhecimento do que foi realizado pela população conforme apresentação da Fundação da Renova.

O Sr. Olyverson Porto, informou que foi realizado no município de Barra Longa/MG refere-se ao apoio de fortalecimento do SUS, e o que foi identificado no estudo de Barra Longa serão objeto de outro plano e ações.

A Sra. Gabriela Maciel dos Reis, representante do Ministério da Saúde, solicitou esclarecimentos se as ações promovidas a saúde foram acordadas no âmbito do CIF ou foram acordadas e realizadas com os respectivos estados e municípios.

O Sr. Marcelo Micherif Carneiro, representante da Fundação Renova, informou que os acordos foram celebrados no âmbito do CIF e juntamente com os estados e municípios, em que foi acordo denominado agenda

integrada que definiu encaminhamentos para locação de recursos compensatórios, tendo como uma das ações previstas a plataforma de educação do Hospital Regional de Governador Valadares e o governo do estado de Minas Gerais que é o responsável pela execução, visto que a obrigação da Fundação Renova nesses acordos é somente o repasse financeiro.

O Sr. Roberto Laperriere, representante da SESA/ES, contextualizou que o acordo de medidas compensatórias definido no âmbito do CIF foi estabelecido a nível governamental na alta gestão dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, não sendo acompanhado pela Câmara Técnica de Saúde e técnicos, visto que não é uma ação repatória.

Houve uma ampla discussão referente o andamento da execução dos recursos das ações em saúde das medidas compensatórias e definiram realizarem um levantamento de informações com os dois estados para apresentarem esclarecimentos dos gastos desses recursos.

O Sr. Olyverson Porto, apresentou e contextualizou de forma detalhada os Acordos dos Planos de Ação em Saúde de Mariana/MG e Barra Longa/MG e as execuções dos itens desses acordos, em que para o município de Mariana/MG o aporte foi no valor de R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões), já sendo custeado o valor de R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões) até maio de 2024, e ainda existe um plano de repasse em andamento, quanto a Barra Longa/MG o acordo foi no valor de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), no qual foi repassado até setembro de 2022 o valor de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), tendo um saldo residual de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), no qual está sendo discutido pelo município esse valor residual, visto que solicitaram utilizar em obrigação de fazer outro destino que não seja de disponibilização de mobiliário e equipamentos para materiais gráficos para estruturação do apoio saúde mental.

O Sr. Sérgio Rossi, questionou se o reassentamento já foi entregue ao município de Mariana/MG.

A Sra. Juliana Bedoya, representante da Fundação Renova, informou que o reassentamento ainda não foi entregue, visto que está em discussão entre a equipe do programa e a prefeitura de Mariana para estabelecerem os critérios para considerar entregue e iniciar o prazo de 3 anos.

O Sr. Sérgio Rossi, informou que apresentação da Fundação Renova referente ao Acordos dos Planos de Ação em Saúde de Mariana/MG e Barra Longa/MG trouxeram um conhecimento do que está nos acordos, mas entende que existe uma necessidade de realizarem uma reunião, visto isso definiram como encaminhamento duas agendas, sendo uma com a Fundação Renova, e a outra com esses municípios para conhecerem detalhadamente os planos de trabalho e ações em conjunto com o

Ministério da Saúde e a equipe especializada da SESAI que se encontra disponível para ajudar e apoiar os municípios.

**Pronunciamento dos atingidos:**

| Pauta                               | Discussão   |
|-------------------------------------|---|
| <p>a) Fala livre dos atingidos:</p> | <p>A Sra. Jóeci Lopes Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, informou que custeio dos atingidos para participação das Câmaras Técnicas foi uma conquista dos atingidos com o Ministério Público, e esse direito está sendo cessado, visto isso manifestou que os atingidos querem ter o direito de custeio de participarem presencialmente das reuniões das Câmaras Técnica e do CIF.</p> <p>O Sr. Sergio Rossi, representante Ministério da Saúde, informou que já havia manifestado anteriormente nas reuniões a necessidade de realizarem uma reunião com a equipe de custeio da Flacso para melhor compreensão do custeio da Câmara Técnica, visto que os atingidos tem o próprio custeio. Resaltou que no âmbito da Câmara Técnica de Saúde o que tiver no alcance para garantir e efetivar a participação dos atingidos nas reuniões será realizado. Informou como encaminhamento agendarem um reunião com o custeio da Flacso para tratar e conhecer da operacionalização do custeio dos atingidos e da Câmara Técnica.</p> <p>A Sra. Jaqueline Aparecida, atingida do município de Barra Longa, questionou a Fundação Renova referente aos laudos do PMQACH do SSA Gesteira como são realizadas as informações que aquela água é tratada, visto que consta nos relatórios e boletins que aquele sistema é de água tratada.</p> <p>A Sra. Fernanda Gomide, representante do monitoramento hídrico da Fundação Renova, informou que recebem uma planilha de pontos da Câmara Técnica de Saúde estabelecendo os pontos que tem tratamentos de água e quais não tem tratamento, e a Fundação Renova faz as coletas e análises disponibiliza para a CT-Saúde os laudos disponibilizaram para os municípios e regionais.</p> <p>A Sra. Jaqueline Francischetti, representante do Ministério da Saúde, relatou que a dúvida é referente ao SAA Gesteira em que está em operação assistida e é um ponto de monitoramento, visto que está constando nos laudos e relatórios como água tratada, mas efetivamente não está sendo tratado.</p> <p>Houve uma ampla discussão do ponto está cadastrado da forma que não condiz com a realidade do abastecimento que está de fato implementado, visto isso o Sr. Sérgio Rossi definiu como encaminhamento ser verificado pelo GT-Água juntamente com o município de Barra Longa/MG como está</p> |

cadastrado essa estação de tratamento de água para confirmar se está constando de forma correta no boletim para as devidas tratativas.

A Sra. Jaqueline Aparecida, informou que a informação no Sisagua é clara que o ponto de sistema de água no SAA Gesteira é um sistema de água de abastecimento sem tratamento, e que as provocações são para entender de onde saiu a informação que aquele poço era tratado, visto que ainda não foi entregue pela Fundação Renova o sistema de abastecimento de água do SAA Gesteira.

A Sra. Jaqueline Francischetti, informou que se no Sisagua consta que é um SSA e não tem tratamento, a prioridade é implementar o tratamento e no boletim permaneceria a informação que já consta, e na impossibilidade implementar o tratamento devido aos problemas de acessos teria que realizar alteração no boletim, visto que esta passando uma informação errada. A Sra. Simone Silva, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, questionou a Fundação Renova por que o acesso a estação de tratamento do SSA de Gesteira onde encontra os equipamentos está trancado.

A Sra. Juliana Bedoya, representante da Fundação Renova informou que estaria solicitando informação a infraestrutura que é a área responsável de da Fundação Renova de tema, para responder o questionamento da membra atingida Sra. Simone, e disse que quanto alteração do boletim o que for definido estará alterando da forma que melhor ficar adequado para todos.

A Sra. Lorenza Ferreira de Sousa, representante Cáritas Diocesana de Itabira, a pedido da atingida Simone Nunes informou que os municípios repassam os resultados das análises da água para os atingidos, porém não recebem nenhuma explicação do que se refere aqueles resultados, visto que não compreendem a linguagem técnica dos laudos. Relatou que os atingidos de São José Goiabal tem alguns questionamentos para fazerem referente a qualidade da água, visto que acreditam que a água está com qualidade ruim e precisam portanto entender os resultados para realizarem os questionamentos.

O Sr. Sergio Rossi, informou que é uma obrigação da Câmara Técnica apresentar para a comunidade uma comunicação fácil de entendimento, visto isso definiu como encaminhamento fazerem uma discussão desse tema com o GT-Água para analisarem se cabe uma estratégia de comunicação mais esclarecedora com a comunidade.

A Sra. Isabela de Castro Oliveira, representante da Superintendência Regional de Saúde de Ponte Nova, informou que já realizaram reuniões online com o município e comunidade para esclarecem as dúvidas dos resultados, e caso ainda permaneçam com dúvidas, ressaltou que a comunidade possa entrar em contato com a Superintendência Regional de

|  |  |
|--|--|
|  | Saúde de Ponte Nova quantas vezes for necessário para esclarecerem as dúvidas. |
|--|--|

**Às 17 horas e 59 minutos, do dia 19 de junho de 2024, o Sr. Sérgio Rossi Ribeiro, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.**

**Registro que a presente ATA foi aprovada na 75ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia 22 de julho de dois mil e vinte e quatro.**